

# O "povo" no poder

Lenildo Tabosa Pessoa

Depois de amanhã, sábado, o povo comparece às urnas, para eleger governadores, deputados e senadores federais, que serão membros da Assembleia Constituinte, e deputados estaduais. A julgar pela demagogia derramada abundantemente sobre o País, ao longo dos últimos anos, será o grande dia da salvação nacional. Finalmente, teremos governadores eleitos pelo voto direto e até os elaboradores de uma nova Constituição.

Não nos disseram até à saciedade que na nova Constituição estava a salvação do País e a solução de todos os seus problemas? Não nos disseram até cansar e ainda muito além que no dia em que elegêssemos nossos representantes e o Congresso tivesse restabelecidas suas famosas prerrogativas começaria uma época de ouro para o Brasil?

Entretanto, o que mostrou a campanha eleitoral foi que a classe política perdeu o pêlo mas não só não perdeu o vício, como até adquiriu muitos vícios novos. Como em todas as outras vezes, antes e durante o período militar, os eleitores se vêem forçados a escolher, na maioria das vezes, não entre os melhores candidatos, mas entre os menos maus ou, se nos for permitida a barbaridade, entre os menos piores.

A bem da verdade, deve-se ressaltar que isso não se aplica a todos os candidatos. Pelo menos para os primeiros degraus da pirâmide, o de deputado estadual, estão concorrendo várias pessoas que entram pela primeira vez na política, sem os vícios das velhas raposas da classe e cheias de idealismo, entre as quais não hesitaríamos em indicar um irmão, Lenildo Tabosa Pessoa, nº 12.143.

Até mesmo para governador do Estado corre um homem que não é político, mas um candidato que, em vez de se apresentar, durante a campanha, como alguém não pertencente à classe política nem com ela identificado, tudo fez para parecer igual aos políticos. Será que essa era a condição essencial para ser eleito e que o povo só dá seu voto a um candidato se perceber que ele tem todos os defeitos inerentes à classe política? Não será, antes, que os homens que concorrem a cargos públicos não têm sequer condições de sentir o povo e suas aspirações ou de perceber que o povo está cansado do político profissional, que beija crianças e visita bairros populares que, uma vez eleito, jamais verá, a não ser na próxima campanha?

Se assim é, não se pode negar que os políticos profissionais tenham certa sensibilidade, mas, em compensação, ou, em descompensação, há motivo para se alimentar um enorme pessimismo em relação ao futuro e à recuperação do País. Qual é, porém, na realidade, a participação do povo, essa famosa entidade mítica à qual tantos apelam, em uma eleição como essa que se realizará depois de amanhã?

Os demagogos falam na soberania popular,

na escolha feita pelo povo no governo do povo para o povo. O que significam, porém, na realidade, essas belas palavras? Um exercício de demagogia e nada mais. O povo, que supostamente estará no poder, porque para lá mandará seus representantes, não escolhe, na realidade, nem mesmo os que supostamente o representarão. Sua escolha é feita entre os que já foram escolhidos pelas cúpulas partidárias, sem nenhuma consulta às bases.

Na época dos militares, os candidatos, pelo menos à Presidência da República, já que, nos outros escalões, as coisas funcionavam exatamente como funcionam agora, apesar da ditadura, eram escolhidos pelas cúpulas fardadas, o que era suficiente para que se dissesse que não havia democracia. Quem escolheu, agora, os candidatos a governadores ou a membros da assembleia que elaborará a nova Constituição? O povo? O povo foi, nessas escolhas, o grande ausente. Mais uma vez foram as cúpulas dos partidos, compostas por políticos profissionais, detentores de todos os vícios da classe e de mais alguns, quem fez a escolha. Sob o ponto de vista da participação do povo na escolha, não há absolutamente nenhuma diferença entre o que havia no tempo dos militares e o que há hoje.

O povo será obrigado a escolher entre os que já foram escolhidos, ou melhor, entre os que são impostos à sua escolha. Justamente porque não têm nenhum vínculo com o povo, esses escolhidos terão de se fazer conhecidos, para o que gastarão milhões de cruzados, que não haverá possibilidade de recuperar, depois, com a simples remuneração dos eleitos e serão recuperados pelo caminho mais curto e mais rápido da corrupção.

Uma vez gastos, na campanha, os milhões que serão amanhã recuperados por essa via, o povo vai às urnas e escolhe seus representantes. Desta vez, os que forem escolhidos para a Câmara dos Deputados e o Senado irão elaborar a nova Constituição.

A Constituinte terá poderes ilimitados, mas não poderá, por exemplo, trocar a República pela Monarquia, o que significa que seus poderes serão ilimitados dentro de certos limites. Mas suponhamos que, dentro da forma republicana, imposta antecipadamente e de fora à Assembleia soberana e todo-poderosa, uns sugiram a forma presidencial e outros, a parlamentar.

Muitos dos representantes do povo não saberão sequer o que é República e muito menos em que uma forma se distingue da outra. Que farão eles? Irão consultar os que lhe deram o mandato, já que são seus representantes? Não há sequer meios para fazer isso.

O constituinte votará por sua própria cabeça sem nem saber o que o povo quer. E provavelmente elaborará uma Constituição que começará dizendo que o poder é do povo e será exercido em seu nome.